



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

ATA N.º 17 (13/12/2024)

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Realizada no dia treze de dezembro de dois mil e vinte quatro

-----Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no Salão Nobre da Câmara Municipal da Ribeira Brava, concelho de Ribeira Brava, sob a presidência da Sr.^a Rita Maria dos Ramos de Abreu, estando presentes a Sr.^a Maria Natália Gonçalves da Silva, como primeira secretária e o Sr. André Geraldo da Corte como segundo-secretário. -----

-----Procedeu-se à chamada para verificação do quórum. Na sessão estiveram presentes os seguintes deputados municipais, pelo **RB1**: António de Jesus Silva, Hélder Manuel Gouveia Gomes, Teresa Maria da Côrte Gonçalves Nunes, Jordão José Andrade de Abreu, Luísa Maria Sousa Gonçalves Ponte, Bruno Mino Garcês Mendes Correia, Vítor Francisco Gomes de Abreu, Rosa Carolina Garcês Rodrigues Jardim, Marco António Abreu Junqueira, Vítor Hugo Fernandes Pereira, Karina Mónica Pereira Ferreira; **pelo PS**: Rui Pedro Fernandes de Almeida, Carlos José Gonçalves (em substituição de Humberto Jorge Faísca da Silva), Marlene Pereira de Sousa Rodrigues (PS), Elsa Maria de Abreu Gomes, **pelo CHEGA**: Celéstino Gomes Sebastião e os **Deputados Independentes** Luís Filipe Quintal Pereira Vicêncio e Laureano Secundino Ascensão de Macedo-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: Marco Nuno Correia Martins (RB1), João David Jardim de Sousa (PJF Campanário), Albertina de Jesus Diniz Ferreira (PJFSA) e José Nelson Santos Pestana (Em representação Manuel Inácio da Côrte (PJF da Tabua)). -----

-----Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo António Nascimento, o Vice-Presidente Jorge Manuel Faria dos Santos o Vereador Rafael João Figueira de Sousa, Vereador José Paulo Santos Andrade, a Vereadora Sandra José Abreu Vilanova. -----

-----Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a existência de quórum, a Sra. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de vinte e três de setembro de dois mil e vinte e quatro. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

-----A Sr.^a Presidente leu o seguinte comunicado redigido pelo deputado Laureano Secundino Ascensão de Macedo, que se transcreve: “Eu Doutor Laureano Secundino Ascensão de Macedo, deputado eleito pelo PS, vem pelo presente informar a V.exa., nos termos do número quatro do artigo quadragésimo sexto (46º) do *Regimento da Assembleia Municipal de Ribeira Brava*, que a partir de 13 de dezembro de 2024, exercerei o mandato como deputado independente”.

-----O Sr. Deputado Rui Almeida (PS), cumprimentou os presentes e alertou para o afunilamento/ estreitamento da Vila da Ribeira Brava, com a redução das duas vias, de cada lado da ribeira, que permitia chegar facilmente à beira-mar e sair da Vila, para uma via com carros estacionados em espinha que dificultam a chegada dos autocarros de turismo ao centro da vila. Considera ser premente tentar resolver esta situação, sugerindo a eventual existência de espaços que poderão ser utilizados pela Câmara, eventualmente recorrendo a fundos europeus, para construção de estacionamento em altura, por exemplo. Alertou para a necessidade de solucionar este problema de estacionamento na Vila sendo necessário criar condições para uma melhoria das condições de convivência entre os residentes da Ribeira Brava e visitantes.

-----O Sr. Presidente da Câmara, cumprimentou os presentes e referiu que, relativamente à Vila existe carência de estacionamento no Concelho pelo que, neste projeto da regeneração urbana, foi contemplado um parque de estacionamento com cerca de 100 lugares de estacionamento, o qual, desde que foi aberto ao público, não ficou lotado. Verificam-se muitos estacionamentos irregulares, com carros parados em cima do passeio o que tem levado à colocação de floreiras para evitar esta situação e à criação de condições físicas para facilitar a mobilidade. Relativamente às 2 faixas de rodagem que existiam, optou-se pela criação, praticamente custos nenhuns, de estacionamentos em espinha, medida que tem sido elogiada por muitos de forma a dar resposta a quem chega, visto existir muita gente que não quer colocar um carro dentro de um estacionamento pois



WS

A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

prefere ter o carro na rua, embora os preços praticados nos parques cobertos sejam mais acessíveis que os preços praticados nos parques de rua. No que concerne aos autocarros de turismo, referiu que foram tomadas medidas de mitigação dessa situação, sendo que não têm sido recebidas queixas. Salientou a criação de estacionamento junto ao pavilhão da Ribeira Brava visto ser necessário recuperar aquele espaço desportivo, é necessário pensar na zona norte da vila onde, ocasionalmente, é difícil estacionar, pelo fato de ser uma zona com muitos serviços e muitos residentes. Assim, aproveitando os fundos, o polo desportivo será elevado para a cota da estrada e o estacionamento ficará por baixo, com paquímetros com preços praticados naquela zona e garantindo cerca 40 lugares de estacionamento. Com a reformulação da Rua dos Dragoeiros, é possível a aquisição de um terreno que garantirá cerca de mais 50 lugares de estacionamento, deste modo estão a ser garantidas condições para que as pessoas venham e fiquem a usufruir do nosso concelho, pois naquelas zonas o estacionamento por hora será a 40 cêntimos por hora enquanto que na zona central da vila e à beira-mar é 60 cêntimos e um euro por hora, respetivamente. O ideal seria ter um espaço para colocar um grande parque de autocarros, no entanto, o pessoal do turismo não aceitaria bem a ideia pois não querem vir ao centro, deixar as pessoas, voltar e descer. A nossa vila está crescer com grupos de turistas a fazer visitas guiadas pelos vários arruamentos. Têm sido garantidas novas soluções de estacionamento com uma construção em curso e outra para lançar no terreno se tudo correr bem. -----

-----O deputado Bruno Mino (RB1) salientou que, relativamente ao movimento existente na Ribeira Brava, este coincide com o "boom" do turismo, pois foram criadas as devidas condições para o mesmo. Em relação aos autocarros, salientou que os mesmos não necessitam de circular a uma velocidade de 70/80 km/hora, no centro. Relativamente ao problema dos estacionamentos da zona norte da vila e com a criação de novos lugares talvez se resolva, contudo, as obras ali efetuadas não souberam salvaguardar os moradores residentes naquela zona tendo-se verificado muitas multas e alguns até ficaram sem carta pois existem passadeiras sem sinalização vertical.-----

-----O deputado António Silva (RB1), na qualidade de representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva de alteração ao PDM, informou sobre as sugestões apresentadas pelos deputados ao grupo de trabalho, devendo dizer que houve aceitação



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

de todas as propostas apresentadas, tendo sido dado um parecer positivo por parte da Assembleia Municipal, pelo que o seu trabalho relativamente a este assunto está concluído. -----

----- O deputado Luis Vicêncio (Independente) congratulou a decisão do Sr. Deputado Laureano Macedo como Deputado Independente e questionou sobre o fenómeno de migração existente no concelho, relativamente a um armazém, na freguesia do Campanário, no qual existem pessoas a habitar nesse armazém, alguns populares detetaram essas pessoas tendo sido feita uma reportagem pela comunicação. Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre esta situação, se essas pessoas estão na Madeira legalmente ou não, pois existem cada vez mais situações de imigração ilegal pela Europa, se existiu alguma preocupação da Câmara Municipal em saber o número e origem dos imigrantes que estão atualmente no Concelho, se o espaço onde estão alojados possui condições dignas de habitabilidade e se existe algum plano para solucionar esta situação.

----- O Sr. Presidente da Câmara informou sobre a existência de imigrantes que ali se encontram com contrato de trabalho, o serviço de fiscalização da Câmara Municipal foi verificar se existiam as condições necessárias de salubridade necessárias para o dia a dia, “porque independentemente estejam legais ou ilegais são seres humanos”, tendo-se verificado condições de habitabilidade adequadas para o dia a dia. No entanto, existe uma situação relativamente ao processo de legalização do espaço, pelo que passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente Jorge Santos por se tratar de um assunto do seu pelouro. -----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Jorge Santos informou tratar-se de um edifício dos anos 70, recentemente comprado, que se encontra em processo de legalização. A partir de junho, foi detetada esta situação essencialmente humanitária, tendo sido comunicado à empresa detentora do espaço, bem como à empresa empregadora (SERLIMA) que não podem ter as pessoas naquele espaço por não terem licença de utilização e habitação.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara alertou para a falta de mão de obra, pelo que será necessário procurar além-fronteiras sendo crucial arranjar condições de acolhimento dessas pessoas, não existindo conhecimento de problemas em termos de segurança.-----

----- O Deputado Luís Vicêncio (Independente), questionou sobre a empresa que colocou as pessoas naquele espaço, se deu ou não conhecimento à Câmara do mesmo.-----



NURZ
e/s

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que há cerca de dois anos, os atuais donos do edifício dirigiram-se à Câmara para iniciar um processo de legalização, no entanto não comunicaram que seriam colocadas pessoas lá, embora a empresa considera que o aluguer é um serviço e é uma zona industrial de tipo 1 ou 2 que inclui indústria e serviços.

----- O deputado Vítor Abreu (RB1) alertou para a situação dos estacionamento abusivos pela “rent a car”, na freguesia da Tabua, que param ali permanentemente e as pessoas que vão trabalhar ou tomar café não têm onde estacionar. -----

-----O deputado Bruno Mino (RB1) informou ser necessário comunicar o mesmo à PSP, pois na lei de aluguer de viaturas, as mesmas não podem estacionar em espaços públicos. Em relação ao caso do Campanário, questionou se estas pessoas têm contrato ativo e questionou se o prédio tem licença de serviços, por exemplo para alojamento local o que poderia facilitar, visto não existir nenhum lugar para colocar todas aquelas pessoas. -----

-----O Deputado Carlos Gonçalves (PS) informou que, até data, o referido edifício no Campanário, não pode ser legalizado sendo um processo complexo, que terá de ser levado à Assembleia Regional. -----

----- O deputado Rui Almeida (PS) sugeriu que, a Câmara articule a situação com o Governo Regional visto ter maior capacidade de resolver esta situação. Relativamente aos estacionamento na Tabua, sugeriu que o terreno junto ao desabamento de terras, poderia ser negociado para tentar construir ali um estacionamento. -----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Campanário, David Sousa (RB1), informou que o referenciado nas notícias e o fato de que a população havia notado um reboliço não é verdade, o que aconteceu foi que as pessoas a residir naquele espaço, dirigiram-se à junta de freguesia para pedir um atestado de residência e ao ser verificada essa situação foi comunicado à Câmara Municipal pois o referido espaço onde habitam não possui licença de habitação e estas pessoas precisam desse atestado para legalizar a sua situação a nível de segurança social, salientou que possuem contrato de trabalho, contudo a junta perante esta situação não pode passar atestados de residência. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1- Foi apreciada a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e da



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Situação Financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- O Sr. Presidente, informou que continuam a trabalhar nível de obras Públicas, tais como a obra no Tranqual, foram assinados o contrato e a adjudicação da empreitada do caminho agrícola da Pedra, para enviar para o Tribunal de Contas para o devido visto. Também foi assinado o contrato de alargamento da Vereda na Ribeira Funda, estando também a retificar algumas zonas, alguns ditos buracos na zona de São Paulo, a Estrada Eira do Morão e Eira do Neto será ratificada e os desfasamentos que existem na estrada. Foram executadas obras de proximidade e empreitadas como a do pavilhão. -----

-----A nível da educação, continua a ser pago o apoio às famílias mediante o regulamento aprovado nesta Assembleia, ao nível das creches de infância e pré-escolar, foram adquiridas duas carrinhas para transporte de crianças, para apoiar à escola e atividades culturais, foi entregue vouchers de material escolar a todos os alunos desde o primeiro até o 12º ano, no valor de 40 EUR, portanto, se alguém ainda não adquiriu, têm hipótese de se dirigir e adquirir o respetivo material, proporcionar o acesso à escola virtual para o terceiro e quarto ano e realizou-se na Ribeira Brava um seminário regional da Eco Escolas, é preciso educar para a preservação do ambiente, através da redução de plásticos poupança de água e luz. Deu o exemplo da candidatura feita sobre a eficiência energética dos 3 edifícios da Câmara, com poupança média mensal de 880 quilowatts de energia elétrica, o que na prática é metade do consumo mensal, tendo também em conta a questão da parceria com a empresa eletricidade relativamente a colocação das LED pois têm-se verificado uma ligeira redução do custo com a energia elétrica o que reflete uma poupança e reverte para outras situações. Foi entregue o prémio de mérito escolar, e acompanharam-se os simulacros que nas escolas da Serra de Água, Básica e Secundária Padre Manuel Álvares, entre outras. Em parceria com o LORE instalou-se na Ribeira Brava um sistema de monitorização de alertas da RAM, principalmente, por causa das aluviões, com a vertente de monitorização do excesso de calor em determinados pontos visando assim a previsão de incêndios. O investimento consistiu na aquisição de um ecrã que recebe um cabo de net, instalado nos bombeiros, para seguirem o que se passa no Concelho. A nível social continua o projeto da universidade sénior, o apoio às famílias. Ao nível das recuperações de habitações de famílias com dificuldades económicas, informou que se



WRS
C/S

A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

tem verificado um aumento do número de idosos a beneficiar do apoio na medicação, fraldas, exames complementares pelo que foi levada, em conta, a proposta do Partido Socialista com aumento de 10% a 20% na comparticipação de medicamentos, fraldas, exames complementares, com implementação a partir do dia 1 de janeiro. Informou ainda que, na próxima reunião de Câmara, será contemplada a construção dos 6 fogos habitacionais e que são financiados pelo IRHU no âmbito da estratégia local de habitação. Informou que foi efetuado, nas preparações para as festividades de Natal, um projeto de Iluminações de Natal executado por pessoas da Câmara, nomeadamente colaboradores municipais e uma empresa do Concelho. Tem-se trabalhado sempre em função do que é melhor para o município.-----

----- O deputado Laureano Macedo (Independente), começou por felicitar o executivo camarário sobre as decorações de natal e alerta para a falta de sinalização junto ao campo de futebol e ao vale mar sobre a falta de espelho e também para a criação de faixas de diminuição de velocidade na estrada Comandante Camacho de Freitas, junto na subida junto a rotunda. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara, informou que, relativamente a esta situação não está contemplada na empreitada de regeneração, contudo o no gabinete técnico da câmara está a trabalhar para lançar procedimento para a requalificação até a rotunda e irão ter em conta toda essa situação. Acrescentou ainda a abertura do espaço intergeracional em São Paulo, com uma grande adesão por parte da população e os idosos mostram-se contentes com aquele espaço. -----

PONTO 2 – Foi apreciado o relatório do 1º Semestre da Auditoria sobre a Situação Económica e Financeira do Município, nos termos do disposto na alínea g), do nº 2 do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----O Sr. Presidente de Câmara informou que é da responsabilidade dos auditores efetuarem 2 relatórios semestrais, referiu que a autarquia tem cumprido com as suas responsabilidades financeiras, até junho tinha uma dívida bancária de 5,7 milhões de dívida. Mencionou que, nestes últimos tempos com saída no anuário financeiro relativamente a 2023, a Ribeira Brava foi campeã no aumento da dívida bancária obviamente devia 2 milhões foram pedidos 3 milhões para fazer fase ao projeto financiado o que levou ao aumento da dívida. É de realçar que, apesar da dívida, existe uma margem

VLRZ
e/s



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

de empréstimo bancário de 3,2 milhões de euros em 30 de junho. Em dezembro a margem já aumentou visto terem sido liquidadas algumas prestações tratando-se de uma dívida controlada. -----

-----O Deputado Luís Vicêncio (Independente) questionou sobre alguns pontos presentes no relatório sobre os valores lá apresentados. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara esclareceu as dúvidas apresentadas e informou que algumas delas teria de se informar junto do serviço de contabilidade do Município e logo que as esclareça dará feedback. -----

PONTO 3- Foi apreciado o relatório de Monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal da Ribeira Brava de 2024, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 2 do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara, informou que também compete apresentar o presente relatório, pois foi tomada a decisão de contratar uma empresa externa para fazer a auditoria, sendo que o plano previsto está praticamente todo implementado com exceção de algumas questões devidamente justificado. -----

-----O Sr. Deputado Laureano Macedo (Independente) questionou sobre quem é o responsável pelo cumprimento normativo. O Sr. Presidente da Câmara informou ser o responsável pelo cumprimento normativo, tendo sido solicitada a colaboração do jurista do Município, acrescentou que o mesmo encontra-se praticamente executado. -----

PONTO 4- Discussão e votação da Proposta de Orçamento para o ano de 2025, nos termos da alínea a), do nº1, do artigo 25º. Da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara apresentou o orçamento para 2025, num valor de dezanove milhões oitocentos e cinquenta mil euros, tendo um peso na receita corrente na casa dos quatorze vírgula oito milhões, e na receita capital cerca de quatro vírgula nove milhões, quanto a despesa corrente, a mesma anda a volta de quarenta e um vírgula seis por cento, já a despesa capital a mesma os cinquenta e oito vírgula quatro por cento, sendo um orçamento que continua a valorizar o investimento em prol da despesa corrente, embora que muita despesa corrente seja um investimento em determinadas áreas, em determinados serviços a população. Referiu ainda que houve uma ligeira alteração na forma como se constituiu o orçamento, sendo definido em três orgânicas, a orgânica da



VUP

CS

J

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

assembleia municipal com um peso de trinta e cinco mil euros, a orgânica da câmara municipal e as operações financeiras com um valor de seiscentos e trinta e um mil euros, este valor é todo afeto a dívida do município, amortização e juros bancários. Por classificação funcional apresentou alguns valores respeitantes a diversas áreas, relativamente a receita, comparando com dois mil e vinte e cinco os impostos diretos apresentam um aumento de três vírgula sete por cento, sendo os impostos diretos superiores ao ano anterior o IMT e o IUC, por outro lado o IMI foi inferior, as taxas de multas e outras penalidades com um aumento de quatorze vírgula oito por cento, nas transferências correntes verificou-se um aumento de nove vírgula três por cento. Ao nível da receita capital verificou-se um valor de quatro vírgula nove milhões e ao nível de pareceres financeiros não existem intenções de contratar empréstimos pelo que o valor é de apenas dois euros de modo a manter esta rubrica aberta. Ao nível de taxas múltiplas e outras penalidades os maiores pontos temos as licenças de obras e ocupações da via pública, taxas de direito de passagem entre outras. Ao nível de transferências correntes apresentou um aumento de sete para oito milhões, realçando-se que será recebido, pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente, um valor de cinco vírgula oito milhões de euros, a nível dos cinco por cento do IRS trezentos e quatorze mil euros, a nível do fundo social municipal de quatrocentos e cinquenta e sete mil euros e do excedente orçamental, segundo o artigo 35º da lei nº 73 as autarquias têm direito a parte desse excedente sendo o mesmo dividido em cinquenta por cento para a receita capital e a receita corrente, sendo o valor de um vírgula nove milhões de euros em conjunto, com um valor de cerca de um milhão, na receita corrente, e obviamente o mesmo valor na receita capital. Informou que a nível da receita de capital prevê-se uma evolução devido à algumas candidaturas e projetos ao nível da ADRAMA, a candidatura do IHRU e por fim à situações pendentes do PEPAC, pelo que existe a possibilidade de candidaturas, que poderão abrir futuramente. Informou também duma redução da despesa no ponto de aquisição de bens e serviços, apresentou uma ligeira diminuição dos juros relativamente aos encargos com a dívida, na aquisição dos bens de capital verificou-se um aumento relativamente ao nível de investimento, e apresentou também uma verba contemplada para aquisição de duas viaturas. A despesa com pessoal aumentou ligeiramente. Em 2025 pretende-se amortizar trezentos e vinte e cinco mil euros de empréstimo. Fez referência da existência de uma

VUB
25

A



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

dívida controlada, com capacidade, caso seja necessário, de ir à banca. Até à data existe valor monetário para pagamento das dívidas, e poder efetuar investimento quer físico, quer pessoal, informando que, nas transferências de capital, haverá um aumento de vinte e cinco mil euros o que tem a ver, essencialmente, com os contratos programa e com as juntas de freguesia. -----

Colocado à Votação, aprovado por unanimidade. -----

PONTO 5 - Discussão e votação do Plano Plurianual de Investimento para o ano de 2025, nos termos da alínea a), do nº1, do artigo 25º. Da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara apresentou o plano plurianual de investimentos desagregado em setenta e seis planos de investimento no valor de onze milhões e duzentos e sessenta e cinco mil e quatrocentos e cinquenta euros. Apresentando assim algumas obras em curso e outros projetos que pretendem efetuar e alguns fundos a que se pretendem candidatar para realização de algumas empreitadas e projetos, tais como requalificações e construções de caminhos. -----

Colocado à Votação, aprovado por unanimidade. -----

PONTO 6: Discussão e votação do Plano de Atividades para o ano 2025, nos termos da alínea a), do nº1, do artigo 25º. Da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que o valor previsto para este plano é de dois vírgula sete milhões de euros, estando desagregado em vinte e cinco planos internos, dando continuidade às atividades culturais dos últimos anos, bem como a dinamização da biblioteca, do espaço do artesão, animações natalícias, arraial de São Pedro, atividades desportivas e ambientais e apoio social, a nível de educação, a causa animal e apoio às associações e juntas de freguesia, entre outros fundos necessários para o dia a dia do município. -----

-----O Sr. Presidente terminou a apresentação do orçamento e planos para 2025, afirmando que por serem os últimos a apresentar à câmara, têm um significado especial pois trata-se do fim de um ciclo como presidente de câmara. Salientou que ao longo dos mandatos, junto com executivo, foi feito sempre o melhor que podiam e sabiam para o concelho, respeitando sempre as opiniões divergentes, pelo que se encontra de consciência tranquila, pelo seu trabalho, pela sua prestação neste município desde 2013. Terminando com a frase Virnney Domingues, “O final de um projeto é melhor que o



MSA
C/S

A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

começo dele. Conquistar tem sempre um alto preço, mas quando nos envolvemos com o coração aberto naquilo que sonhamos o resultado não pode ser outro, senão o sucesso!”

Colocado à Votação, aprovado por unanimidade. -----

----- O deputado Hélder Gomes (RB1) apresentou a declaração de voto, que se transcreve:

“O Grupo do Movimento Ribeira Brava em Primeiro (RB1) congratula-se com a aprovação deste Orçamento, Plano de Investimento e Plano de Atividades. Sendo este orçamento para o último ano de mandato, é uma planificação quem vem colmatar em muito o que faltava em termos de compromisso com a população. Continuamos a investir em obras como tem sido apanágio. No entanto, não menosprezamos as questões sociais nos diversos projetos que temos, não menosprezamos as instituições de cariz social, desportiva e cultural, nem mesmo as de cariz de segurança e proteção civil, como é o caso dos Bombeiros Voluntários. Orçamento e Plano que vai para o terreno e continuará a melhorar o dia-a-dia dos ribeira-bravenses.” -----

PONTO 7: Discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano 2025 nos termos da alínea o), do nº1, do artigo 25º. Da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara informou que os mapas de pessoal não têm muitas alterações relativamente ao último mapa que foi aprovado, tendo algumas questões que estavam vagas, que já foram consolidadas, houve a entrada de novos assistentes operacionais e foi acrescentado a abertura de vagas para a contratação pública: um assistente técnico, um técnico superior e um assistente técnico para a divisão de ordenamento do território, e para a mesma divisão, a abertura de cinco vagas para assistentes operacionais e uma vaga para fiscal municipal. -----

Colocado à Votação, aprovado por unanimidade. -----

PONTO 8: Aprovação da proposta de auto de cessão e aceitação a título precário da Praceta da Tabua; nos termos da alínea p), do nº1, do artigo 25º. Da lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----O Sr. Presidente explicou a proposta para aquisição do espaço ao Governo Regional que não foi aceite pelo que foi efetuada contraproposta por um período de 10 anos, igualmente renovável em que a receita do aluguer dos espaços fossem receita da câmara, pois haverá algum investimento da câmara naquele espaço e é necessário pensar na sua recuperação. -----

Handwritten initials and numbers in the top left corner.



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O Sr. Deputado António Silva (RB1), questionou sobre a estimativa de valores para a requalificação daquele espaço. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara informou, que a estimativa é de meio milhão de euros.

-----O Deputado Vítor Abreu (RB1), questionou sobre as receitas do aluguer dos espaços se reverterem para a câmara. -----

----O Sr. Presidente da Câmara informou que essa foi uma das contrapostas apresentadas ao Património hem como dos possíveis arrendamentos que futuramente poderão ser realizados. -----

Colocado à Votação, aprovado por unanimidade. -----

PONTO 9: Aprovação da atribuição de Subsídio à freguesia do Campanário para a comparticipação financeira da execução de três obras, aquisição de abrigos de autocarro e equipamentos para arruamentos públicos, em conformidade com o disposto na alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara explicou que à semelhança dos pontos da reunião anterior da Assembleia Municipal, num âmbito do contrato programa, a câmara apoia em noventa e cinco por cento e os outros cinco porcentos ficam encarregues da Junta de Freguesia de Campanário. -----

Colocado à Votação, aprovado por unanimidade. -----

----- O Sr. deputado Independente Laureano Macedo, apresentou a declaração de voto que se transcreve “ O deputado independente Doutor Laureano Secundino Ascensão de Macedo vem por este meio apresentar a declaração de voto, votando a FAVOR do ponto 9 da ordem de trabalhos da sessão ordinária de 13-12-2024, relativamente à atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Campanário para a comparticipação financeira da execução de três obras, aquisição de abrigos de autocarro e equipamentos para arruamentos públicos, considerando que esta entidade apresenta boas práticas de transparência e reporte de informação pública no seu sítio institucional conforme prevê o número 2 do art-º2.Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto. “-----

PONTO 10: Aprovação da atribuição de subsídio à freguesia da Tabua para a comparticipação financeira para execução de cinco obras, nos sítios da Corujeira, Ribeira da Tabua e Ribeira da Caixa, em conformidade com o disposto na alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro. -----



me
cvs

A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- O Sr. Presidente da Câmara, explicou que igualmente à semelhança das outras juntas de freguesia a Junta de Freguesia da Tabua propõe a comparticipação das obras acima mencionadas. -----

Colocado à Votação, aprovado por unanimidade. -----

PONTO 11: Aprovação da atribuição de subsídio à freguesia da Ribeira Brava para a comparticipação financeira de três obras anteriormente aprovadas, a Vereda do Porto Santo, no sítio do Porto Santo, início da ER222, Vereda da Camarata, no sítio da Meia Légua, e o caminho da Cruz, sítio da Cruz Banda d'Além e adicionando a recuperação da Vereda do Freitas, em conformidade com o disposto na alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro. -----

----- O Sr. Presidente explicou que este ponto veio novamente a Assembleia Municipal, visto que o Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Ribeira Brava ter pedido uma diminuição de valor de uma obra mencionada de forma a cobrir a Vereda do Freitas por se tratar de uma situação urgente. -----

Colocado à Votação, aprovado por maioria com 23 votos (18 RB1,4 PS, 1 CHEGA)

-----1 Voto contra - **Deputado Laureano Secundino Ascensão de Macedo (Independente)**-----

-----1 **Abstenção- Deputado Luís Filipe Quintal Pereira Vicêncio (Independente)**-----

----- O Sr. Deputado Independente Laureano Macedo, apresentou a declaração de voto que se transcreve: “ O deputado independente Doutor Laureano Secundino Ascensão de Macedo vem por este meio apresentar a declaração de voto ao ponto 11, da ordem de trabalhos da sessão ordinária de 13-12-2024, votando CONTRA, relativamente à atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Ribeira Brava para a comparticipação financeira de execução de três obras anteriormente aprovadas, a Vereda do Porto Santo, no sítio do Porto Santo, início da ER222, Vereda da Camarata, no sítio da Meia Légua, e o caminho da Cruz, sítio da Cruz Banda d'Além e adicionando a recuperação da Vereda do Freitas, Rua Comandante Camacho de Freitas, no montante global com IVA, de €56.000,00, considerando que a Junta de Freguesia de Ribeira Brava não disponibiliza, conforme foi denunciado várias vezes nesta assembleia municipal, boas práticas de



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

transparência e de reporte de informação pública, sem sítio institucional desde 2017, conforme exige o número 2 do art.º 2 da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto. -----

Considera-se insuficiente o envio de notas de redação aos jornais de maior tiragem que não são reporte de informação pública, mas somente propaganda, esperando que esta Assembleia Municipal se limite assentir a atribuição de subsídios se uma contrapartida básica, a transparência. A atuação da Junta de Freguesia de Ribeira Brava viola sistemática e descaradamente, com total passividade tanto pelo órgão executivo como por esta assembleia municipal, a exigência do cumprimento do princípio da administração aberta e da alínea c), do número 1 do artº10 da Lei nº 26/2016, de 22 de agosto, a este órgão autárquico.” -----

PONTO 12: Aprovação da proposta de atualização das taxas e outras receitas bem como a atualização das taxas referentes ao estacionamento em Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, bem como nos parques de estacionamento para o ano 2025 de acordo com o nº1 e 4 do artigo 6.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município da Ribeira Brava e a não atualização da Taxa Municipal Turística do Município da Ribeira Brava, em conformidade com o disposto nas alínea b), do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro;-----

----- O Sr. Presidente da Câmara, explicou que o regulamento das Taxas invoca a atualização de taxas, com base no índice preço do consumidor, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística da região referente à inflação média dos últimos doze meses, os números anteriores obviamente têm de ser deliberados pela autarquia, sendo que o último valor reconhecido desta taxa anual de inflação é de 3.16, pelo que propôs que sejam atualizadas as taxas diversas, arredondado por excesso em 3.16%, também contempla um arrendamento das taxas referidas ao quinto cêntimo.-----

Colocado à Votação, aprovado por unanimidade. -----

PONTO 13: Aprovação de proposta de autorização para celebrar um compromisso plurianual com vista a financiar a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava e Ponta do Sol em conformidade com o Decreto Legislativo Regional nº 70/2024/M, em conformidade com o disposto na alínea c), do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro; -----



WVFZ
CMB

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

A

----- O Sr. Presidente da Câmara, explicou que, com a publicação do decreto legislativo supracitado o paradigma das associações humanitárias de bombeiros muda, quer em salários de bombeiros que serão equiparados aos bombeiros sapadores, quer a nível de aumento de salários, sendo que foi proposto que as autarquias assumissem 50% do valor e o governo regional 50%, a qual mostraram logo a discórdia pelo que chegaram a entendimento de 60% pelo governo regional e os outros 40% as autarquias, sendo que entre as câmaras da ponta do sol e ribeira brava, visto sermos um concelho maior e com mais serviços a Ribeira Brava encarrega-se de 24% e a ponta do sol de 16%, compromisso assumido por 3 anos, sendo esta situação para fazer fase as despesas operacionais, despesas do funcionamento da Associação de Bombeiros. -----

Colocado à Votação, aprovado por unanimidade. -----

PONTO 14: Aprovação da proposta de alteração da decisão de qualificação como Projeto de Relevante Interesse Municipal (PRIM) para imóvel em edificação em Malvazia, Ribeira Brava, em conformidade com o disposto na alínea r), do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro; -----

----A Deputada Teresa Maria da Côrte Gonçalves Nunes (RB1) pediu a palavra para salientar que, tendo em conta que este é um investimento relevante e importante para o município, e pelo fato deste ser um ponto que se reveste de elevado carácter técnico, solicitou a retirada deste ponto para sua devida análise e reflexão. Após a qual solicitou a realização de uma sessão extraordinária, no mês de janeiro de 2025, para a sua devida avaliação e eventual aprovação. -----

Esta proposta foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por maioria** com 20 votos a favor (14 RB1, 3PS, 1CHEGA, Deputado Independente Luís Filipe Quintal Pereira Vicêncio e Deputado Independente Laureano Secundino Ascensão de Macedo) -----

-----1 Voto contra - Deputado Hélder Manuel Gouveia Gomes (RB1) -----

-----4 Abstenções dos deputados Bruno Mino Garcês Mendes Correia (RB1), Carlos José Gonçalves (PS), António de Jesus Silva (RB1) e Karina Mónica Pereira Ferreira (RB1) -----

-----E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão pelas 13 horas e 50 minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que a Sr.ª Maria Natália Gonçalves da Silva, primeira secretária da mesa,



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

redigiu, escreveu e será assinada conjuntamente com a referida Presidente da Assembleia Municipal e segundo-secretário, nos termos do nº 2 do artº57, da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ribeira Brava, 13 de dezembro de 2024,

A Presidente da Assembleia, Álvaro Pereira dos Santos de Almeida

A 1º Secretária, Maria Estela Gonçalves do Silveira

O 2º Secretário, [Assinatura]